

FORMAÇÃO DE MEDIADORES ESCOLARES DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE JACOBINA-BA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Training of school mediators in a school of the municipal network of Jacobina-BA: Experience report

Martina Silva¹
Ione Jatobá Leal²
Juliana Cristina Salvadori³

Resumo: O presente artigo relata a experiência sobre formação de estagiários de licenciaturas para atuarem como Profissionais de Apoio Escolar/mediadores de aprendizagem em escola municipal de Jacobina/ Bahia. A formação objetivou promover espaços de formação a fim de contribuir com as práticas pedagógicas a partir de rodas dialogais acerca da caracterização e desmistificação das principais particularidades de aprendizagem dos alunos da instituição escolar e, desenvolver a oficina de atividades lúdicas para criação de materiais que facilitem a mediação pedagógica. Utilizou-se como estratégia metodológica a revisão de literatura, o desenvolvimento de rodas dialogais com os mediadores, a discussão de casos e exposições acerca das características peculiares a transtornos globais do desenvolvimento e a promoção de oficinas de produção de recursos pedagógicos com materiais recicláveis e/ou de baixo custo. Concluiu-se ser imprescindível a formação continuada para os mediadores escolares, bem como a disponibilização de recursos para a efetivação do que se propõe a mediação.

Palavras-chave: Mediação escolar, rodas dialogais, inclusão.

Abstract: *This article reports the experience of training undergraduate trainees to act as School Support Professionals - learning mediators in a municipal school in Jacobina - Bahia. The training aimed to promote training spaces in order to contribute to pedagogical practices from dialogic circles about the characterization and demystification of the main limitations of the students of the school institution and, to develop a workshop of recreational activities to create materials that facilitate pedagogical mediation. As a methodological strategy, the literature review, the development of dialogue circles with the mediators, discussion of cases and expositions about the peculiar characteristics of global development disorders and the promotion of workshops for the production of pedagogical resources with recyclable materials and/or low cost. It is concluded*

¹ Universidade do Estado da Bahia. Email: psimartinaindira@gmail.com

² Universidade do Estado da Bahia. Email: ionejatoba@gmail.com

³ Universidade do Estado da Bahia. Email: jsalvadoriuneb@gmail.com

that continuing education for school mediators is essential, as well as the availability of resources to carry out what mediation proposes.

Keywords: *School mediation, dialogue circles, inclusion.*

1. INTRODUÇÃO

A educação na perspectiva da inclusão tem impulsionado cada vez mais estudos, abordagens e atuações no intuito de superar o modelo de educação escolar excludente, até pouco tempo vigente no Brasil, em que toda a educação dentro do sistema geral de ensino era direcionada ao grupo dos neurologicamente típicos. Esse grupo composto por pessoas com o desenvolvimento neuropsicomotor típico (faixa média) determinado para a neurologia humana, em detrimento do grupo dos neurologicamente atípicos ou neurodivergentes, pessoas com o funcionamento neurológico diferente da média considerada como marcos “padrão” de desenvolvimento. Sendo esses os sujeitos que não tinham direito ao mesmo nível de ensino, e para eles, os atípicos, era destinada a educação especial, uma modalidade apartada da educação comum/regular, com um ensino ofertado por instituições especializadas com princípios e métodos específicos (BRASIL, 2008; MATTOS, 2017).

As mudanças no sistema geral de ensino no tocante à cisão de ensinos regular e especial são respostas às lutas por uma educação inclusiva que podem ser constatadas em seus marcos mundiais, principalmente a Declaração de Salamanca de 1994. Este documento produzido pela conferência mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, se tornou uma das maiores referências para a efetivação da educação inclusiva mundial, foi também o alicerce para a construção da LDB Nº 9394 (Lei n.º 9.394, 1996), a qual trouxe a modificação formal na educação brasileira, em que pôs fim a compreensão dicotômica da educação regular e educação especial, passando a se instituir uma educação única, regular. A educação especial deixando de ser um substitutivo ao ensino comum e passando a integrá-lo “como uma modalidade da educação oferecida de acordo com a necessidade pedagógica do aluno, que perpassa todos os níveis educacionais” (MATTOS, 2017, p.38). De modo que as políticas educacionais brasileiras passaram a direcionar suas propostas de atuação para uma única educação que abranja a todos (BRASIL, 2008).

À vista disso, muitas mudanças estão em curso há anos, uma vez que, para se executar as exigências postas nas legislações, demanda uma reestruturação da educação nos aspectos físicos, pedagógicos, curriculares, atitudinais, dentre outros. Nessa perspectiva, tornou-se importante (re)considerar e fomentar reflexões acerca da formação docente visando pensar e efetivar uma educação de qualidade que respeita e se responsabiliza com a diversidade. Reputando, para tanto, todos os desafios e dificuldades que fragilizam o processo de inclusão escolar, como a ausência de recursos humanos e materiais, a precarização dos profissionais da educação, dentre outras questões que obstaculizam a efetividade de uma educação inclusiva (LOPES, 2018).

Neste cenário fragilizado, desafiado a desenvolver uma nova lógica de ensino para um processo de escolarização diverso, surge um novo ator, o profissional de apoio da educação inclusiva, uma figura com indefinições no perfil de atuação na educação brasileira, inclusive, com distinção na nomenclatura, sendo denominado como

mediadores, cuidadores, facilitadores, estagiários, auxiliares de ensino, tutor, dentre outros. Esses profissionais, que têm, de modo geral, o objetivo de atuar na escolarização de estudantes com deficiência, estão cada vez mais presentes nas escolas, e vem sendo a estratégia de baixo custo utilizada no intuito de efetivar as políticas da educação inclusiva (LOPES, 2018).

Ainda em relação ao delineamento da função e perfil desse profissional, esses ficam a cargo de cada município. Em Jacobina/BA, lócus desse estudo, foi sancionada a Lei Orgânica Municipal nº1542/2018 que cria cargos públicos da Educação Básica Municipal, onde estão definidos denominações, jornada de trabalho, vencimento base e requisitos para investidura nos cargos, além de caracterizar as atribuições de cada profissão no município. No texto da Lei supracitada, o cargo de Profissional de Apoio Escolar - Mediador (PAE - mediador), o qual é diferenciado do Profissional de Apoio Escolar - Cuidador (PAE - cuidador), não só na função como na remuneração, apesar de exigir os mesmos requisitos de formação e praticar a mesma carga horária de trabalho, o mediador tem um vencimento base maior. Para a investidura no cargo de PAE - mediador faz-se necessário os seguintes requisitos: formação em nível médio, com curso de formação em apoio (direcionado ao atendimento de Pessoas com Deficiência), com carga horária de no mínimo 80h, promovido por instituição credenciada pelo MEC, ou promovido por Secretarias de Educação. Como a Lei municipal realiza a nomeação e distinção entre as atuações de mediador e cuidador, a partir de agora utilizaremos o termo *mediador* para nos referirmos ao Profissional de Apoio Escolar - Mediador, e *mediação* para aludir ao fazer desempenhado por esses profissionais.

No tocante à escola em que foi desenvolvido nosso estudo, os mediadores são alunos de licenciatura da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, que, por convênio estabelecido entre a Prefeitura Municipal de Jacobina e a UNEB - *campus IV*, assumiram a função e adentraram ao lócus de trabalho antes de receberem o curso de formação promovido pela Secretaria de Educação para regulação da atuação profissional.

Vale ressaltar que o exercício da mediação é permeado por diversas dúvidas e inquietações por parte dos mediadores, pois se deparam com um processo de desafios, descobertas, interrogações, vivências singulares à atuação com cada estudante. No tocante à criança com deficiência, as relações são ainda mais sensíveis e intensas, visto parecer ser maior o despreparo frente ao desconhecido, com manifestação frequentemente de sentimento de insegurança e impotência diante do não saber o que e como fazer, demandando, na maioria das vezes, adaptação diferenciada em suas práxis.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de formação dos mediadores parece constituir suporte pedagógico e formativo importante, pois por meio da partilha de experiências e situações em comuns, possibilita-se a formação de uma rede de apoio que funciona como dispositivo protetivo na resolução de problemas, no aumento do repertório das habilidades sociais e educativas em seu fazer.

Salienta-se que o desenvolvimento infantil é influenciado por diversos aspectos, perpassados pelo individual, familiar, escolar e o meio social em que se está inserido. As interações estabelecidas no contexto escolar são fundamentais para estimular esse

desenvolvimento, pois é neste ambiente que ocorrem expressivas aquisições de habilidades. As relações educacionais em seu processo dinâmico podem ser definidas como um todo constituído de elementos interdependentes que, a partir do comportamento de seus membros, influenciam e são mutuamente influenciados. Comportamentos estes que impactam, ao longo do tempo, nas emoções, pensamentos e ações, pois constituem-se como recurso emocional e cognitivos significativos, que, somados aos fatores sociais e ambientais, dirigem ou redirecionam o curso do desenvolvimento (PAPALIA, FELDMAN, 2013).

O presente estudo tem como objetivo promover espaços de formação dos mediadores escolares da Escola Municipal Armando Xavier de Oliveira de Jacobina-BA (EMAXO), a fim de contribuir com o desenvolvimento pedagógico nas práxis dos mediadores; compreender as práticas educativas de mediação pedagógica desenvolvidas pelos mediadores da referida escola; investigar quais são as deficiências, transtornos, déficits intelectuais e de aprendizagem mais recorrentes entre os alunos da EMAXO; promover oficinas acerca da caracterização e desmistificação das principais deficiências dos alunos da instituição escolar; e, desenvolver oficina de atividades lúdicas para criação de materiais que facilitem a mediação pedagógica.

2. METODOLOGIA

A abordagem escolhida para a realização desse estudo é a qualitativa, por não apresentar uma proposta rigidamente estruturada, além de compreender e considerar que a construção do conhecimento envolve as subjetividades, tanto do pesquisador quanto dos pesquisados, uma vez que afetamos e somos afetados o tempo inteiro, com complexos elementos internos e externos, individuais e sociais, “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p.22). Conforme expõe González Rey (2002), a abordagem qualitativa não tem como objetivos a predição, a descrição e o controle do conteúdo e dos caminhos da pesquisa de modo que permite desenvolver espaços novos de reflexão, com intuito de produzir, através das particularidades das ações e relações humanas, a compreensão de fenômenos, do social, das vivências e contextos, e tudo o mais que compõe o dado de realidade.

Para tanto, utilizamos como instrumento de coleta de dados as rodas dialogais. Esta técnica foi escolhida por se apresentar como potência em facilitar a participação ativa por meio do diálogo que impulsionam as expressões, impressões, opiniões, além de permitir que os participantes reflitam acerca do contexto, dado de realidade e temática proposta. As rodas dialogais permitem que os participantes se expressem com mais leveza e menos resistências, pela atmosfera de informalidade característica desse método, incentivando a sua ressignificação sobre os temas abordados (AFONSO E ABADE, 2008).

A EMAXO, caracteriza-se por ser uma instituição da rede municipal de ensino básico, responsável pelo ensino fundamental, atendendo em 2019 472 (quatrocentos e setenta e dois) alunos. Com o quadro total de 58 profissionais, destes, 37 (trinta e sete)

são distribuídos entre as equipes gestora e docente, vigilante, porteiro e auxiliares de serviços gerais; 20 (vinte) mediadores pedagógicos e 01 (um) cuidador.

A escolha por essa unidade escolar se justifica pois ela foi a primeira escola do município a ter a sala de recurso multifuncional de Atendimento Educacional Especializado (AEE), instituída em 2006. Em 2019 a sala atendia a 25 estudantes, sendo que alguns são da própria escola e outra parte composta por discentes de outras unidades escolares. Todos os assistidos na sala de AEE são atendidos no contraturno das suas aulas no ensino regular em que estão matriculados. Ou seja, o discente que estuda na sala comum pela no turno da manhã, faz acompanhamento na sala de AEE à tarde. Tendo este atendimento o objetivo de promover o acesso e as condições para uma educação de qualidade, a eliminação de barreiras, considerando as necessidades específicas de cada sujeito, como forma complementar e/ou suplementar o processo de formação, com foco na autonomia e independência dos que são público-alvo da educação especial. Ressalta-se também que alguns discentes são direcionados para serem atendidos e diagnosticados em seu nível pedagógico pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAPp, do município, núcleo da Secretaria de Educação e Cultura de Jacobina, que desenvolve atendimento clínico e institucional aos escolares da rede municipal de educação.

Para realização deste trabalho, utilizou-se como estratégia metodológica a revisão de literatura, o desenvolvimento de rodas dialogais com os mediadores através de discussão de casos e exposição acerca das características peculiares gerais dos transtornos globais do desenvolvimento – TGD. Após o levantamento e análise dos dados, buscou-se atender as demandas da instituição EMAXO, com ações/formações que visou mediar discussões, dar escuta a essas vozes e saberes acerca da relação que estes estabelecem com as práticas educativas e sua aplicabilidade nos espaços educativos, no escopo de, através de discussão crítico-reflexiva, embasada na própria experiência das relações de mediadores e idiosincrasias dos sujeitos envolvidos, conduzi-los a repensar e ressignificar as atuações na mediação pedagógica de estudantes da educação especial, suas competências educativas, a flexibilização do currículo, bem como a potencialização da estimulação do desenvolvimento das crianças.

Foram desenvolvidas três rodas dialogais, o público-alvo, os mediadores. As rodas tiveram como direcionamento trabalhar as demandas trazidas pelo grupo desde a primeira reunião. Os três encontros foram organizados em atividades de formação, que incluiu atividades de identificação das características, potencialidades dos sujeitos que tenham transtorno e/ou deficiência que impactam na aprendizagem, discutidos à luz da neuropsicopedagogia; como o cérebro aprende, quais as áreas afetadas em cada transtorno, deficiência e/ou déficit e como intervir; estratégias de habilidades socioemocionais; o lúdico, o brincar e o aprender. Dispondo da utilização de vídeos, histórias, dinâmicas de grupo, seguidos a análise e reflexão dos intervenientes, por meio das rodas dialogais. A proposta de duração para os encontros era de 60 minutos, porém a roda 2 foram 70 minutos e a roda 3, 90 minutos. Também não houve linearidade no número de participantes por roda, pois no primeiro encontro foram 15 participantes, no segundo, 05 (cinco), e no terceiro encontro, 09 (nove) presentes. Todas as observações coletadas nas rodas tiveram seu registro em diário de bordo.

O PERFIL DA MEDIAÇÃO ESCOLAR

Conforme a Lei Municipal nº1542/2018, os mediadores com o curso de apoio de 80h estão habilitados para o acompanhamento individual ou não, de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público-alvo da educação especial, dentro do ambiente escolar, a fim de promover o desenvolvimento acadêmico e social do educando, ou seja, subsidiar o processo de escolarização e inclusão plena desses sujeitos. Como pode ser depreendido no quadro 1.

Quadro 1 - Atribuições do profissional de apoio escolar no município de Jacobina – Bahia

Nomenclatura	Profissional de apoio escolar – mediador
Jornada de trabalho	40h semanais
Requisitos	Formação em nível médio modalidade normal, com curso de formação de apoio (voltado para o atendimento de pessoas com deficiência), com carga horária de no mínimo 80h, promovido por instituição credenciada pelo MEC, ou promovido por secretarias de Educação.
Atribuições	<p>I - Participar em conjunto com educadores, da execução e da avaliação das atividades;</p> <p>II - Acolher os alunos no horário de entrada e entrega dos mesmos ao responsável no horário da saída;</p> <p>III - Inteirar-se da proposta da Rede Municipal da Educação de Jacobina;</p> <p>IV - Participar ativamente, no processo de adaptação dos alunos no ambiente escolar;</p> <p>V - Conhecer o processo de desenvolvimento do aluno, mantendo-se atualizado, através de Leitura, encontros pedagógicos, formação continuada em serviço, seminário e outros congêneres;</p> <p>VI - Auxiliar o educador quanto à observação de registro e avaliação do comportamento e do desenvolvimento do aluno;</p> <p>VII - Participar juntamente com o educador das reuniões com pais e/ou responsáveis;</p> <p>VIII - Estimular e orientar os alunos na aquisição de hábitos de higiene, alimentação e locomoção;</p> <p>IX - Acompanhar o recreio dirigido dos alunos;</p> <p>X - Registrar no diário de classe, o desenvolvimento dos alunos com deficiência, a cada unidade, assim como participar de encontros que serão orientados pela Equipe do Setor de Educação Especial em horários alternados a serem definidos;</p> <p>XI - Atuar no ambiente escolar, dentro da sala e demais dependências da escola, e também nos passeios extras (fora da escola) que ocorrerem dentro do horário da mediação;</p>

	<p>XII - Ser assíduo e pontual, respeitando os horários, as regras e normas da instituição escolar onde faz a mediação;</p> <p>XIII - Prestar apoio aos professores em sala de aula com ajuda nas atividades e trabalhos de adaptação;</p> <p>XIV - Adaptar as atividades de acordo com as necessidades individuais do estudante;</p> <p>XV - Apoiar individualmente e efetivamente, adotando ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do educando, de acordo com a meta de inclusão plena.</p>
--	---

Fonte: Diário oficial do município de Jacobina, edição 36, 03 de abril de 2019.

O exercício da função de mediador no município de Jacobina-BA é desenvolvido por estudantes dos cursos de licenciaturas da universidade conveniada, UNEB campus IV. Os mediadores adentraram o campo de trabalho sem formação mínima exigida para o cargo de mediador, a saber, o curso de formação em apoio, porém o mesmo tinha previsão de ser ofertado pela rede municipal de educação em encontro de formação continuada. Portanto, os licenciandos estavam desempenhando a função de mediador sem o curso. Essa formação tem o objetivo de promover a compreensão das deficiências e déficits, e as possibilidades de manejo pedagógico para estimulação da aprendizagem. De posse dessas informações compreendemos a necessidade de ouvir as demandas, desafios, potencialidades e alternativas de atuação desses profissionais no contexto escolar que se apresenta.

Mousinho e colaboradores (2010), exprimem que o mediador pode ter formação base relacionada às áreas da educação ou saúde, abrangendo profissionais como pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, e que o profissional que assume a função da mediação, independentemente de sua formação base, deve ter comunicação com os profissionais das equipes terapêutica e escolar que assistem à criança ou adolescente. Os autores (2010), apontam ainda a importância da flexibilidade por parte do mediador no intuito de obter êxito na adaptação frente as demandas escolares, aos professores e até mesmo a família, visando estabelecer um bom nível de relacionamento interpessoal com todos, desempenhar uma práxis congruente com o papel profissional, buscando ser criativo na resolução de problemas, e apto ao enfrentamento de desafios que porventura ocorrerem durante esse percurso (MOUSINHO *et al*, 2010).

Partindo dessa concepção, utilizamos o conceito vigotskiano sobre mediação interativa, em que ele compreende a importância de um sujeito mediador como o elo intermediário entre a criança e o conhecimento, além de conceber que o aprendizado não ocorre em igual modo com o desenvolvimento ou em paralelo com ele:

Propomos que um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas e seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das

aquisições do desenvolvimento independente de crianças (Vigotski, 1999, p. 118).

Conforme Mousinho e colaboradores (2010), a principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação e ação. Logo, esse profissional pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola. Podendo ele também atuar em diferentes ambientes escolares, tais como a sala de aula, as dependências da escola, pátio e nos passeios escolares que forem de objetivo social e pedagógico. Adaptar a estrutura física para organizar objetos no entorno, evitando grandes distratores.

Embora elencadas algumas atribuições sobre o mediador escolar frente a educação inclusiva, devemos nos ater à ideia de que cada caso é único e possibilita inúmeras formas distintas de intervenções, o que significa dizer que não há um leque taxativo das funções exercidas. Não se pode, portanto, perder de vista a singularidade do sujeito, seu momento, nem sua história construída na família e continuada na escola.

Pela compreensão de que cada conflito possui sua complexidade, conhecê-lo, isto é, sair da sua superficialidade e conseguir alcançar além do que está sendo exposto, ocorre um aprofundamento no diálogo, o que é extremamente positivo e necessário para o encontro de soluções práticas e satisfatórias.

Porém, para a existência de um mecanismo fluido de resolução, exige-se do profissional uma formação e capacitação para lidar com tais conflitos enfrentados pelos alunos da educação inclusiva, pois a mediação é o momento em que é oportunizado aos sujeitos ativos do ambiente escolar um encontro, consigo mesmo e com o outro, que, se aproveitado de forma efetiva, pode potencializar o desenvolvimento do sujeito em seu processo de aprendizagem. Com esse propósito, o mediador escolar, além de aptidão, precisa de uma formação sistemática e contínua. É importante a compreensão do sentido da mediação e seus objetivos, além disso, é essencial que respeite aspectos fundamentais como a liberdade dos protagonistas imediatos da aprendizagem, estimular a autonomia do estudante, olhar o sujeito em suas potencialidades (OLIVEIRA, 2016).

No tocante à formação do mediador, os cursos e capacitações sobre mediação escolar inclusiva já são uma realidade crescente no Brasil dada a relevância no cenário educacional, o qual vem sendo reforçado pelas legislações vigentes, a exemplo do Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionado no ano de 2015.

A negligência do Município quanto a oferta de formação e capacitação desses mediadores pode intervir no sucesso ou insucesso dessa prática posto que alguns impasses são notados, a exemplo do mediador que se coloca como um “cuidador” do estudante dito com necessidades educacionais especiais, não como um sujeito que assume a posição de quem reconhece a singularidade do outro e que se desprende de um olhar reducionista, normalizante e segregador, deslocando-se da estereotipada invenção nominada anormalidade (SKLIAR, 2006).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência auxilia a compreender as práticas e rotinas relacionadas aos alunos com deficiência, como preconiza o artigo 3º, inciso XIII, que define o profissional de apoio escolar, como sendo:

A pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (BRASIL, 2015, n.p).

Ocorre, entretanto, que não há indicativo de qualificação do profissional sendo o desempenho laboral exercido, expressivamente, por estagiários de licenciatura, tornando-se ainda mais abstrato o caminho a ser percorrido visando a capacitação destes e corroborando com a omissão do supracitado ente público.

Portanto, à inexistência de lei ou artigos específicos sobre a capacitação dos mediadores escolares, a prática e fundamentação teórica acabam estruturando-se segundo a experiência e formação do profissional que intervém como mediador. Logo, como um segmento profissional que se beneficia da multidisciplinariedade, geradora de uma interação interdisciplinar em busca de soluções transdisciplinares, a falta de capacitação pode significar falta de preparo diante da problemática educacional dos alunos da educação especial e obtenção de resultados inócuos.

ATIVIDADES PRÁTICAS

Foram realizadas três rodas dialogais durante as três primeiras semanas do mês de maio de 2019, no período da manhã, horário em que havia maior número de mediadores na instituição, a saber, das 10h às 11h, tendo duração geralmente de 60 minutos. As rodas foram registradas em diário de bordo. No primeiro encontro, 06 de maio, foram apresentadas a proposta de estágio, a análise da demanda para desenvolver uma proposta de intervenção, em seguida feito a escuta ativa das dificuldades dos mediadores quanto às práxis, e discutido algumas características das dificuldades dos aprendentes. As demandas trazidas pelos mediadores referiam-se à falta de formação e às dúvidas de como atuar junto aos alunos. Nesse encontro foi evidenciado o quanto os mediadores estavam inseguros na atuação profissional, sobretudo na compreensão das limitações apresentadas pelo estudante e como ele aprendia. Fizemos o fechamento da roda com as considerações dos mediadores e acordamos o próximo encontro para a semana seguinte. Participaram desse momento 15 (quinze) mediadores que estavam na instituição.

A segunda roda dialogal ocorreu dia 13 de maio, às 10h, tendo duração de 70 minutos, em que manteve-se a continuidade da roda dialogal anterior, foi dado ênfase à demanda trazida no grupo, a saber, a dificuldade em compreender as características de algumas deficiências. Sendo discutidos casos, apresentados as características, potencialidades e limitações de pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e as possibilidades de atuação para a mediação escolar. Por último, dialogamos também acerca das dificuldades em efetivar a prática da mediação com alunos sem diagnóstico, o que gerou a discussão de olhar o sujeito, passamos a dialogar sobre a importância de

conhecer para além do rótulo da deficiência e descobrir o sujeito e suas potencialidades. Seguindo a proposta de encerramento, fechamos a roda com as observações dos membros do grupo, que nesse encontro perfizeram um total de 05 (cinco) mediadores.

No terceiro encontro foi desenvolvido uma oficina de construção de materiais pedagógicos com materiais recicláveis e/ou de baixo custo. Iniciamos dialogando sobre as características dos transtornos do desenvolvimento intelectual [o qual acomete o maior número de alunos], em seguida produzimos recursos pedagógicos através da percepção dos mediadores, intuitivamente, como eles acreditam que os alunos com deficiência intelectual aprendem ou como aquele dispositivo poderia contribuir para o processo de aprendizagem, depois de terem sido caracterizadas suas potencialidades e limitações. Os profissionais foram divididos em três grupos, com três componentes cada, e receberam a incumbência de desenvolver um recurso para trabalhar áreas específicas do conhecimento, quais sejam, matemática, linguagem e a interface entre matemática e linguagem.

O grupo 1 – responsável por produzir recurso para trabalhar com matemática, desenvolveu um quadro de somar, utilizando como materiais: folhas de emborrachado E.V.A. coloridas, cortadas em diferentes formatos, coladas com velcro em papel paraná, e papéis duplex com números de 1 a 10, para dar o resultado à soma. O grupo 2 – teve como proposta confeccionar material para mediar conteúdo escolar de linguagem, e elaborou uma máquina das vogais. Os objetos empregados nessa atividade foram: caixa de dúzia de ovos, letras em folhas de emborrachado E.V.A. coladas do lado de fora da caixa e letras soltas para serem encaixadas nos espaços da caixa de ovo referente a direção correspondente as disposições das vogais coladas na caixa. O grupo 3 – encarregado de criar um instrumento para facilitar o ensino na interface entre matemática e linguagem. O grupo optou por trabalhar cores e formas geométricas, usaram, para tanto, folhas de papel laminado de cores primárias, a saber, amarelo, azul e vermelho; tubos de papelão usados; papel duplex. Produziram com esses materiais, cilindro, quadrado, retângulo, prisma triangular. Por fim, depois dos recursos prontos direcionamos para os mediadores explicar como poderia ser usado e quais áreas seriam estimuladas, os profissionais responderam com assertividade e criatividade, expondo opiniões de como os materiais produzidos pelos outros grupos poderiam facilitar sua atuação. Fechamos a atividade com as devolutivas dos mediadores sobre as vivências dos três encontros. A roda foi realizada com a participação de 09 (nove) mediadores, com duração de cerca de 90 minutos.

As rodas dialogais evidenciaram o quanto os mediadores necessitam de formação, bem como o anseio e disposição para aprender. Os encontros buscaram impulsionar o fomento de um processo crítico-reflexivo aos profissionais envolvidos acerca da efetivação proposta em Lei para atuação do mediador escolar, sobretudo a flexibilização curricular para inclusão, através das discussões de casos, da conceituação acerca dos TGD's, considerando as características individuais para o processo de aprendizagem, implicada em atender às necessidades singulares, sem, contudo, desviar do conteúdo curricular oferecido ao grupo como um todo, embora as estratégias pedagógicas sejam diferentes, a fim de pôr em prática o apoio individual e efetivo, adotando ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do estudante, de acordo com a meta de inclusão plena.

Cabe ressaltar que nem sempre estavam todos os mediadores na escola, uma vez que estes são alunos de licenciatura e a função de mediação desempenhada é considerada como estágio, de modo que o aluno tem a permissão de se ausentar da atribuição de estagiário para cumprir com as demandas/obrigações de cunho estudantil, sendo este o motivo da ausência dos mesmos na instituição, influenciando no quantitativo de mediadores escolares que participaram da vivência-formação.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As experiências significativas deste estudo advêm dos ganhos discursivo-reflexivos por meio das rodas dialogais, pois a partir do diálogo colaborativo, com ações/formações, em que foi possível mediar discussões, dar escuta às vozes e saberes acerca da relação que os mediadores estabelecem com o papel desempenhado, as práticas educativas e sua aplicabilidade no espaço escolar. Em que pudemos perceber o anseio desses profissionais para a compreensão do seu fazer, a necessidade que têm de formação inicial e continuada para a efetivação da atuação técnica.

As rodas dialogais foram potentes disparadoras para compreender a importância das funções exercidas e atribuídas ao mediador, perceber a própria experiência nas relações com estudantes assistidos, sendo (re)conduzidos a (re)pensar e (re)significar as atuações na mediação pedagógica de alunos com deficiência e as competências que atravessam essa atuação, transcendendo as limitações. Os mediadores intuíram que os desafios são maiores quando não se tem uma formação para o desempenho da função, além de apontar que a falta de recurso impacta na atuação.

Tivemos o propósito de fomentar nos mediadores o comprometimento com as ações educativas para o aprimoramento de práticas inclusivas no cotidiano da sala de aula. No entanto, depreendemos que há uma falta de investimento intelectual e financeiro para a efetivação das práticas desses profissionais, pois os mesmos com formação insuficientes e sem materiais para o desempenho das funções não implementam políticas, tornando seu fazer ineficiente. Faz-se urgente a formação e supervisão continuada, a disponibilização de recursos pedagógicos, e suportes necessários para a mediação escolar acontecer. Pois compreendemos a demasiada importância de profissionais qualificados para sua atuação e de como as relações estabelecidas influenciam no desenvolvimento global dos escolares, e, por conseguinte, na potencialização do processo de aprendizagem pela inclusão.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia; ABADE, Flávia Lemos. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos**. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (2008). **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva**. Brasília: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

_____. **Lei nº 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 12 jul. 2019.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

JACOBINA - BA. **Lei nº 1541/2018**. Institui a criação de cargos públicos para Profissional de Apoio Escolar - Mediador, Profissional de Apoio Escolar - Intérprete de Libras, Profissional de Apoio Escolar - Tradutor de Braille, Profissional de Apoio Escolar - Cuidador e a Alteração do plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da Educação Básica do Município de Jacobina-Ba, Lei Nº 1210, de 27/12/2013, para acrescentar os cargos previstos. Diário oficial do município de Jacobina, edição 36, 03 de abril de 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/j/jacobina/lei-ordinaria/2013/121/1210/lei-ordinaria-n-1210-2013-dispoe-sobre-o-plano-de-cargos-carreira-e-remuneracao-dos-profissionais-da-educacao-basica-do-municipio-de-jacobina-ba>. Acesso em: 27 set. 2022.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação de profissionais de apoio à inclusão escolar**. DISSERTAÇÃO (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9899>. Acesso em: 27 set. 2022.

MATTOS, Nicoleta Mendes de. A política de educação especial na perspectiva da inclusão: ambiguidades conceituais e suas consequências para a efetivação de uma escola inclusiva: **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**. v. 6, n. 1, p. 37-43, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOUSINHO, Renata et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010.

OLIVEIRA, Ana Paula Teijido Barroso de. **O discente de Pedagogia e os desafios da inclusão na escola: o olhar do mediador escolar**. MONOGRAFIA. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin (Colab.). **Desenvolvimento Humano**. 12ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

VARGAS, Thamyres Bandoli Tavares; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. Mediação escolar: sobre habitar o entre. **Revista Brasileira de Educação** v. 23. e230084, p. 1-26, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SKLIAR, Carlos. A inclusão que é nossa e a diferença que é do outro. In: Rodrigues, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.